

ONDE ESTÃO AS INTELLECTUAIS NEGRAS? ESCRITA (AUTO)BIOGRÁFICA E A PRODUÇÃO DO NÃO LUGAR NO CAMPO ACADÊMICO¹

¿Dónde Están las Mujeres Intelectuales Negras? Escritura (Auto)Biográfica y La Producción de No Lugar en el Ámbito Académico

Simone das Neves Encarnação Amancio²

Sônia Beatriz dos Santos³

Resumo: Quais fatores históricos, sociais e epistemológicos contribuem para a produção do não lugar das mulheres negras no campo acadêmico e para a invisibilização de seu trabalho intelectual? Partindo das provocações formuladas por bell hooks acerca da ausência das intelectuais negras nos espaços legitimados de produção do conhecimento, este artigo tem como objetivo analisar como a docência e a escrita de si operam como práticas contra-hegemônicas na constituição da mulher negra como sujeito do conhecimento, a partir de uma trajetória formativa situada na educação básica e no ensino superior. Metodologicamente, o texto se configura como um ensaio teórico-reflexivo, fundamentado na escrita (auto)biográfica como escolha epistemológica situada e contra-hegemônica. A partir da narrativa em primeira pessoa de uma docente negra atuante nos anos iniciais do ensino fundamental, em deslocamento à docência no ensino superior e à produção científica, articulada às contribuições de autoras e autores negros, discutem-se os mecanismos que produzem o medo da escrita, o não pertencimento e a deslegitimação do trabalho intelectual. Como resultados, argumenta-se que a escrita (auto)biográfica, ao tensionar a noção de neutralidade científica e afirmar a experiência como dimensão constitutiva do conhecimento, possibilita a visibilização de trajetórias historicamente silenciadas e a afirmação da mulher negra como sujeito epistêmico no campo acadêmico.

Palavras-chave: docentes negras; escrita (auto)biográfica; epistemologias negras.

Resumen: ¿Qué factores históricos, sociales y epistemológicos contribuyen a la falta de representación de las mujeres negras en el ámbito académico y a la invisibilidad de su trabajo intelectual? Partiendo de las provocaciones formuladas por bell hooks sobre la ausencia de

¹ Este artigo conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

² Doutoranda em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Práticas de Educação Básica pelo Colégio Pedro II. Graduada em Ciências Sociais pela UFRJ. Professora das Redes Municipais de Nova Iguaçu e Queimados. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8065-5968>. Contato: simoneencarnacao@gmail.com.

³ Ph.D. em Antropologia Social pela University of Texas at Austin. Mestre em Sociologia com concentração em Antropologia/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Professora Associada da Faculdade de Educação, Departamento de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/FEBF-UERJ; é professora do Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOs - Programa em associação com UFRJ, FIOCRUZ, UERJ, UFF). Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-4354-5954>. Contato: soniabsantos@yahoo.com.

mujeres negras intelectuales en los espacios legitimados de producción de conocimiento, este artículo analiza cómo la docencia y la autoescritura operan como prácticas contrahegemónicas en la constitución de las mujeres negras como sujetos de conocimiento, a partir de una trayectoria formativa situada en la educación básica y superior. Metodológicamente, el texto se configura como un ensayo teórico-reflexivo, fundamentado en la escritura (auto)biográfica como una elección epistemológica situada y contrahegemónica. A partir de la narrativa en primera persona de una maestra negra que trabaja en los primeros años de la escuela primaria, transita hacia la docencia en la educación superior y la producción científica, y se articula con las contribuciones de autores negros, se discuten los mecanismos que producen el miedo a escribir, la no pertenencia y la deslegitimación del trabajo intelectual. En consecuencia, se argumenta que la escritura (auto)biográfica, al desafiar la noción de neutralidad científica y afirmar la experiencia como una dimensión constitutiva del conocimiento, permite visibilizar trayectorias históricamente silenciadas y afirmar a las mujeres negras como sujetos epistémicos en el ámbito académico.

Palabras clave: maestras negras; escritura (auto)biográfica; epistemologías negras.

1 Introdução

O presente artigo insere-se no debate sobre a invisibilização histórica das mulheres negras no campo do trabalho intelectual, tomando como interlocução central as reflexões de bell hooks (1995) acerca das condições sociais, raciais e de gênero que atravessam a relação das mulheres negras com a produção do conhecimento. Ao questionar “onde estão” as intelectuais negras e se todas estão inseridas no mundo acadêmico, a autora não apenas aponta a sub-representação dessas sujeitas, mas problematiza as estruturas que regulam o acesso, a permanência e o reconhecimento do trabalho intelectual. Um dos trechos analisados, que foram motivadores da construção desta análise, está representado na citação a seguir:

O trabalho com alunas negras dentro de um mundo acadêmico que manifesta extrema reticência sobre o valor e importância do trabalho intelectual me motivou a examinar criticamente a relação das negras com o trabalho intelectual a fazer perguntas: Como muitas negras se veriam como intelectuais? Como ganhamos a vida? Estamos todas no mundo acadêmico? Onde estão nossos ensaios sobre produção intelectual, etc.? (hooks, 1995, p. 467).

Ao dialogarmos com essas indagações, partimos do entendimento de que a ausência significativa de mulheres negras nos espaços acadêmicos não decorre de ausência de capacidade ou interesse individual, mas de processos históricos e estruturais que articulam raça, gênero e classe na organização do sistema educacional e científico, inscrevendo-se em uma perspectiva interseccional, tal como formulada por Lélia Gonzalez (2020) e conceituada por Kimberlé Crenshaw (1989), responsável por cunhar o termo interseccionalidade. Trata-se, portanto, de reconhecer que a exclusão e a deslegitimação do trabalho intelectual das mulheres negras constituem fenômenos socialmente produzidos, e não efeitos naturais ou meritocráticos.

Nesse sentido, este artigo não pretende oferecer uma explicação totalizante sobre a condição das mulheres negras na academia, mas analisar, a partir da escrita (auto)biográfica, alguns dos mecanismos que produzem o não lugar da intelectual negra no campo acadêmico. A pesquisa (auto)biográfica é compreendida aqui como uma prática epistemológica situada, que possibilita a articulação entre experiência, memória e reflexão crítica (Josso, 2007),

contribuindo para a visibilização e legitimação de saberes historicamente silenciados, o que, segundo Quijano (2005), constitui um processo fundamental para superar a colonialidade do saber e o eurocentrismo na produção de conhecimento.

Conforme destacam Soares e Machado (2017), ratificar a existência de autoras e autores negros na produção acadêmica assume uma função compositiva na produção de subjetividades, ao recuperar o protagonismo de narrativas próprias. Assim, a escrita de si configura-se como um recurso analítico que articula experiência e elaboração crítica, evidenciando a potência das narrativas negras no campo acadêmico.

Ou seja, não se trata de uma investigação generalizante sobre mulheres negras, tampouco de um estudo empírico comparativo. Trata-se da análise de uma trajetória desenvolvida na educação básica e no ensino superior, que evidencia como raça, gênero e classe atravessam os percursos de formação para a docência, a partir da experiência de uma docente da educação básica em processo de formação doutoral e de inserção na produção do conhecimento científico.

Este artigo tem como objetivo analisar como a docência e a escrita de si operam como práticas contra-hegemônicas na constituição da mulher negra como sujeito do conhecimento, considerando essa trajetória formativa situada na educação básica e no ensino superior. Nessa direção, parte-se do seguinte problema de pesquisa: de que modo a escrita (auto)biográfica, atravessada por raça, gênero e classe, pode contribuir para a construção do pertencimento acadêmico e para a ruptura com os lugares historicamente atribuídos às mulheres negras na elaboração do conhecimento?

Metodologicamente, o artigo insere-se em uma abordagem qualitativa, ancorada na escrita (auto)biográfica como procedimento analítico, compreendida não como relato intimista, mas como estratégia epistemológica situada. A experiência da docência e da formação acadêmica é mobilizada como campo de análise, em diálogo com formulações do pensamento feminista negro e decolonial no campo da educação.

Além desta introdução, o artigo organiza-se em três momentos. Inicialmente, discute-se a escolha da pesquisa (auto)biográfica como instrumento metodológico e epistêmico. Em seguida, a relação entre intelectualidade negra, racismo estrutural e construção do conhecimento, destacando as desigualdades que atravessam a trajetória de mulheres negras na educação. Posteriormente, discute-se a produção do não reconhecimento da intelectual negra, analisando-se o corpo negro feminino e a escrita de si como práticas de ruptura contra-hegemônica no campo acadêmico. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais se retomam os principais argumentos e implicações do estudo para a educação e a docência.

2 A pesquisa (auto)biográfica como escolha epistemológica

Neste artigo, desenvolvemos um ensaio teórico-reflexivo fundamentado na revisão de literatura e na escrita (auto)biográfica enquanto escolha metodológica e epistemológica. A opção pela escrita em primeira pessoa não se configura como um relato intimista, mas como um recurso analítico que nos permite articular experiência, memória e reflexão crítica no campo da educação. Ao assumirmos essa perspectiva, compreendemos a narrativa de si (Josso, 2007) como um modo legítimo de produção de conhecimento, especialmente quando situada em diálogo com autoras e autores que problematizam as relações entre raça, gênero, classe e educação.

A presente pesquisa distancia-se deliberadamente de abordagens que utilizam sujeitos negros como meros objetos de investigação, dissociados de sua humanidade, historicidade e agência política. Conforme denuncia Abdias do Nascimento, parte significativa da produção acadêmica brasileira tratou o negro como “mero material de pesquisa”, reduzido a uma dimensão imobilizada de objeto, uma “verdadeira múmia de laboratório”, desconsiderando sua dinâmica histórica e suas aspirações políticas e culturais (Nascimento, 1978, p. 35).

Ao retomar essa crítica, este artigo afirma uma posição epistemológica que se opõe a uma ciência que observa de fora e silencia as vozes negras. Trata-se de uma concepção de conhecimento vinculada ao eurocentrismo, entendido por Quijano (2005) como parte constitutiva da colonialidade do poder, na medida em que organiza hierarquias raciais, culturais e epistêmicas que definem quais sujeitos são reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento. Ao contrário, propomos evidenciar a dimensão histórica, cultural e política da mulher negra brasileira, da qual também fazemos parte, articulando essa experiência à docência como prática social e política.

A escrita (auto)biográfica mobilizada neste trabalho não tem como objetivo narrar a totalidade da nossa trajetória de vida. Trata-se, antes, de um recorte de memória, construído a partir de escolhas metodológicas conscientes. As reflexões apresentadas concentram-se, principalmente, em experiências vividas ao longo da graduação, do mestrado e do doutorado de uma das autoras, entendidas para ela como momentos formativos centrais para a constituição da relação com a universidade, com a escrita acadêmica e com a produção do conhecimento científico. Esses períodos são acionados não de forma cronológica ou extensa, mas a partir de sua relevância para a discussão proposta no artigo.

Nesse sentido, as memórias evocadas ao longo do texto não se organizam como um relato linear, mas como fragmentos que dialogam com o referencial teórico e com as problematizações apresentadas. A seleção desses recortes não pretende representar “toda” a experiência vivida, mas evidenciar processos, tensões e deslocamentos que consideramos significativos para pensar a formação acadêmica e intelectual a partir de uma perspectiva situada. Assim, a escrita (auto)biográfica assume um caráter reflexivo, no qual a experiência individual é constantemente tensionada e interpretada à luz de debates mais amplos no campo educacional.

Ao adotar essa metodologia, assumimos que o conhecimento produzido neste artigo emerge do entrecruzamento entre vivência, memória e teoria. A pesquisa (auto)biográfica, tal como mobilizada aqui, constitui-se como uma escolha metodológica que orienta tanto a forma quanto o conteúdo da escrita, permitindo que a análise se construa a partir de uma posição situada, sem a pretensão de universalizar experiências, mas buscando contribuir criticamente para a reflexão sobre os processos formativos e a produção do conhecimento no contexto acadêmico.

3 Intelectualidade negra, racismo estrutural e produção do conhecimento

A escrita de artigos científicos constituiu-se, durante muito tempo, como um exercício que provocava medo e distanciamento. No início da graduação, ao cursar disciplinas ministradas por docentes que indicavam seus próprios textos como referência, uma das autoras os percebia como sujeitos intelectualmente superiores, profissionais excelentes, porém distantes de sua realidade. Cresceu atravessada pela ideia de que o cientista, frequentemente imaginado como um homem branco, era alguém dotado de um nível extremo de inteligência, quase

inalcançável, e que a produção científica exigia o apagamento do sujeito que pesquisa, evidenciado, inclusive, pela interdição do uso da primeira pessoa na escrita acadêmica.

Essa percepção sobre a predominância de homens na ciência encontra ressonância nos escritos de bell hooks, ao apontar que, apesar do testemunho histórico de que mulheres negras sempre desempenharam papéis centrais como professoras, pensadoras críticas e intelectuais da cultura, “muito pouco se escreveu sobre intelectuais negras”, sendo que, quando se evocam grandes mentes negras, predominam imagens masculinas (hooks, 1995, p. 466–467).

Nesse sentido, nós, educadoras negras, ao adotarmos, neste artigo, uma escrita em primeira pessoa, assumimos um caráter político e epistemológico, aproximando-nos do que Conceição Evaristo identifica, no campo literário, como um gesto de autorrepresentação, no qual “as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação”, fazendo emergir “a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas, antes de tudo, vivido” (Evaristo, 2005, p. 54). Conforme afirma a autora:

Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca se mantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida. (Evaristo, 2005, p. 54).

Além do mais, recordamo-nos sempre das discussões em torno da neutralidade científica, compreendida como um distanciamento entre pesquisador e objeto, como se tal afastamento garantisse rigor e legitimidade ao conhecimento produzido, perspectiva fortemente associada à tradição positivista e à sociologia clássica, especialmente a partir de autores como Auguste Comte (1978) e Émile Durkheim (1978). À medida que amadurecemos no campo científico, mesmo diante das dificuldades de permanência no ensino superior, compreendemos que a neutralidade não existe e nunca existiu.

No caso de uma das autoras deste texto, o ingresso em uma universidade pública localizada no centro urbano, a partir de um território periférico da Baixada Fluminense, evidenciou que o acesso formal ao ensino superior não se converte automaticamente em permanência acadêmica. A concessão de uma bolsa de assistência estudantil, vinculada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, foi decisiva para a sua continuidade no curso, evidenciando que a produção do conhecimento científico se estrutura sobre desigualdades historicamente naturalizadas.

Essa percepção da docência universitária e da produção científica como espaços distantes de nossas realidades não se constitui como uma experiência individual isolada, mas expressa a eficácia estrutural do racismo enquanto articulação ideológica que organiza a sociedade brasileira. Conforme analisa Lélia Gonzalez, o racismo “remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas” (Gonzalez, 2020, p. 86). Inserida em um desenvolvimento econômico desigual e combinado, a população negra foi historicamente mantida em posições subalternizadas, operando como massa marginal da força de trabalho e como exército de reserva no interior do capitalismo dependente.

Nessa direção, ao discutir o racismo cotidiano como uma estrutura que ultrapassa o campo econômico e se inscreve na dimensão simbólica, Grada Kilomba (2019) evidencia como

o sujeito negro é historicamente posicionado fora do lugar de legitimidade. Ao analisar a metáfora da máscara, ilustrada em seu texto pela imagem da chamada “Escrava Anastácia”, com sua boca tampada por uma máscara de ferro, algumas observações podem ser feitas. A primeira diz respeito ao fato de que o silenciamento imposto à população negra não se restringe apenas à interdição da fala, mas está ligado, principalmente, à negação de sua condição como sujeito de conhecimento. É como se fossem indivíduos que não pudessem falar, por não terem o que falar. De acordo com a autora, “no âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancos querem — e precisam — controlar” (Kilomba, 2019, p. 33–34).

Ou seja, esse processo reforça a hierarquia racial que define quem pode falar e quem não pode e, principalmente, quem autoriza o outro a falar. Nesse sentido, o racismo opera também como um dispositivo de controle epistêmico, regulando o acesso à produção e à validação do saber. Ao articular essa perspectiva com o contexto brasileiro, passamos a olhar para a universidade como um espaço em que esse controle sobre a fala e sobre o conhecimento também se manifesta. Conforme argumenta Kilomba (2019), o racismo estrutura não apenas as condições materiais de existência, mas também os regimes de visibilidade e reconhecimento, produzindo sujeitos cujas experiências são constantemente desautorizadas no campo acadêmico.

Sob essa perspectiva, entendemos que a questão não está apenas no acesso ou na permanência de mulheres negras na universidade, mas, principalmente, na forma como o conhecimento que elas produzem circula, ou deixa de circular, nesses espaços. Trata-se de mulheres que pesquisam, escrevem e produzem conhecimento, mas que muitas vezes não alcançam a mesma visibilidade ou reconhecimento que outros sujeitos, especialmente homens brancos, o que revela a permanência de hierarquias raciais e também de gênero no interior da produção científica. Assim, o silenciamento não ocorre apenas pela ausência, mas pela desvalorização e pelo apagamento do que é produzido por essas mulheres dentro da própria universidade.

Tal estrutura contribui para a naturalização da exclusão de sujeitos negros dos espaços de prestígio intelectual e científico, produzindo, desde a escolarização básica, a sensação de não pertencimento à universidade e, especialmente, aos lugares de produção do conhecimento, como a docência de nível superior. Não se trata de negar a importância do rigor metodológico ou do preparo teórico na produção científica, tampouco de desqualificar o trabalho intelectual desenvolvido na academia. O que se questiona, neste texto, é a própria noção de inteligência que sustenta os critérios de reconhecimento científico e os percursos sociais que legitimam determinados sujeitos como produtores de conhecimento.

Cabe ressaltar que dados recentes sobre o consumo de livros no Brasil tensionam essa dinâmica ao evidenciar o protagonismo de mulheres negras no campo da leitura. Uma pesquisa realizada pela Câmara Brasileira do Livro, em parceria com a Nielsen BookData, indica que mulheres pretas e pardas representam cerca de 30% do total de consumidores de livros no país, constituindo também metade do público feminino leitor. Além disso, mulheres negras da classe C configuram o maior grupo consumidor (Câmara Brasileira Do Livro; Nielsen Bookdata, 2026). Esses dados apontam para a ampliação do acesso à leitura em segmentos historicamente marginalizados e evidenciam a emergência de novas formas de relação com a leitura e com a produção de conhecimento, muitas vezes mediadas por redes sociais, ainda que tais avanços não eliminem as desigualdades estruturais que limitam o acesso e o reconhecimento dessas sujeitas nos espaços acadêmicos.

Esse cenário, contudo, precisa ser analisado à luz das transformações recentes no acesso ao ensino superior no Brasil, especialmente a partir da implementação da Lei nº 12.711/2012, que institui a política de cotas nas universidades federais. A ampliação do ingresso de estudantes negras e negros, sobretudo os oriundos das escolas públicas, tem produzido mudanças significativas na composição social da universidade, historicamente marcada pela predominância de sujeitos brancos e de classes médias e altas. Nesse contexto, o aumento do consumo de livros por mulheres negras pode ser compreendido também como parte desse processo mais amplo de ampliação do acesso à educação e à produção de conhecimento.

Além disso, é importante considerar que a presença de mulheres negras na universidade não se limita ao acesso, mas implica transformações nos próprios modos de produção e circulação do saber. Ao ingressarem nesses espaços, essas sujeitas não apenas ocupam posições anteriormente negadas, mas tensionam currículos, epistemologias e práticas acadêmicas, introduzindo outras perspectivas e experiências que desafiam a homogeneidade histórica do campo científico. Assim, mais do que consumidoras de livros, as mulheres negras passam a atuar também como agentes de produção e reconfiguração do conhecimento.

Como afirma bell hooks, “intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque vê a necessidade de fazê-lo” (hooks, 1995, p. 468). Nessa perspectiva, a atividade intelectual não se reduz à reprodução de paradigmas consagrados, mas implica a disposição para tensionar normas epistemológicas que definem quem pode produzir conhecimento e a partir de quais lugares. Ao assumir a própria trajetória como parte constitutiva da pesquisa e ao recusar a neutralidade científica como ideal regulador, uma das autoras inscreve-se nesse gesto de transgressão discursiva, que se orienta pela necessidade de ruptura com estruturas coloniais e racializadas de produção do saber.

Ao refletir sobre o trabalho intelectual de mulheres negras, bell hooks (1995) observa que muitas estudantes negras internalizam um profundo anti-intelectualismo, marcado pela ausência de modelos, pelo não reconhecimento do trabalho intelectual negro e pela dificuldade de perceber a produção de ideias como algo conectado à vida concreta. Essas experiências revelam que a marginalização de sujeitos negros no campo científico não decorre de uma suposta ausência de capacidade intelectual, mas de um sistema que deslegitima determinados saberes e trajetórias. Ao afirmar sobre o trabalho intelectual de mulheres negras, hooks afirma:

Muitas das alunas negras que encontro têm dúvidas quanto ao trabalho intelectual. Fico pasma com a profundidade do anti-intelectualismo que as assalta e que elas internalizam. Muitas manifestam desprezo pelo trabalho intelectual porque não o veem como tendo uma ligação significativa com a vida real ou o domínio da experiência concreta. Outras, interessadas em seguir o trabalho intelectual, são assaltadas por dúvidas porque sentem que não há modelos e mentoras do papel da mulher negra ou que os intelectuais negros individuais que encontram não obtêm recompensas nem reconhecimento por seu trabalho (hooks, 1995, p. 467).

Nesse sentido, entende-se que a exclusão histórica de sujeitos negros dos espaços de produção científica relaciona-se diretamente ao desenvolvimento econômico brasileiro desigual e combinado, que manteve a população negra majoritariamente situada em posições subalternizadas na estrutura social. Questiona-se, portanto, se a marginalização desses sujeitos nos espaços acadêmicos decorre de uma suposta ausência de inteligência ou se resulta de um sistema que produz, de forma estrutural, desigualdades de oportunidades e legitima apenas determinados trajetos como caminhos válidos para a produção do conhecimento científico.

4 A produção do não reconhecimento da intelectual negra

Desde a graduação, e mesmo antes dela, no que se refere à trajetória acadêmica de uma das autoras, ela sempre se projetou num lugar socialmente legitimado para si mesma: o da professora que atua na educação básica. Não por acaso, quando questionada sobre a possibilidade de atuar no ensino superior, sua resposta era quase sempre negativa, marcada por um afastamento antecipado desse espaço, percebido como distante, inacessível ou “não destinado” a ela. Ainda que atualmente se encontre em formação doutoral, preparando-se para a docência no ensino superior, esse movimento não se traduz automaticamente em ocupação efetiva desse lugar, mas em uma tomada de posição política: a afirmação de que ela pode estar nesse espaço, sem que isso implique a negação ou a inferiorização da docência nos anos iniciais, mas, ao contrário, a reivindicação da legitimidade intelectual de ambos os campos.

Nessa direção, entendemos que a desigualdade social e racial, embora marcada por processos sistemáticos de exclusão, também produz saberes. Reconhecer esses saberes como conhecimento legítimo constitui um gesto político e epistemológico fundamental. No campo da educação, Nilma Lino Gomes (2017) destaca que a produção intelectual negra historicamente foi desautorizada pelos cânones acadêmicos, não por ausência de rigor, mas por operar a partir de outras experiências, linguagens e compromissos políticos.

Quando uma das autoras deste artigo afirma que não se reconhecia na figura dos professores do ensino superior, autores de artigos científicos, ela refere-se à dificuldade de identificar, em sua própria trajetória, elementos socialmente valorizados que autorizassem a ocupação desse lugar. Mesmo ao final do mestrado, quando questionada sobre a possibilidade de atuar em faculdades ou ingressar no doutorado, como mencionado anteriormente, suas respostas eram, em geral, negativas, marcadas por um distanciamento prévio em relação a esses espaços. Ao contrário, sua história esteve atravessada por referências a posições subalternizadas, historicamente destinadas às mulheres negras, como o trabalho doméstico, presente, por exemplo, na trajetória de sua avó e de sua mãe.

Esse movimento de ruptura contra-hegemônica também pode ser compreendido a partir da invisibilização histórica das intelectuais negras, especialmente daquelas que não ocupam o lugar da escrita consagrada ou da notoriedade acadêmica. Patricia Hill Collins (2019) analisa esse processo ao evidenciar como as mulheres negras, mesmo quando produzem conhecimento crítico, são frequentemente posicionadas nas margens do campo acadêmico, tendo sua autoridade intelectual sistematicamente questionada. Nas palavras de bell hooks:

As intelectuais negras que não são escritoras famosas (e nem todos os escritores são intelectuais) continuam praticamente invisíveis nessa sociedade. Essa invisibilidade é, ao mesmo tempo, em função do racismo, do sexismo e da exploração de classe institucionalizados e um reflexo da realidade de que [um] grande número de [mulheres] negras não escolhe o trabalho intelectual como sua vocação (hooks, 1995, p. 467).

Para além das desigualdades raciais e educacionais, esta pesquisa também se insere no debate sobre a desvalorização social do trabalho intelectual, especialmente quando realizado por sujeitos oriundos de grupos historicamente marginalizados. A trajetória de uma das autoras como pesquisadora negra evidencia que o trabalho intelectual nem sempre é reconhecido como uma atividade socialmente útil, inclusive nos círculos familiares e comunitários, nos quais o percurso acadêmico pode ser percebido como distante da vida concreta. Esse não reconhecimento cotidiano expressa uma lógica estrutural mais ampla, como analisa bell hooks

ao afirmar que, em sociedades profundamente anti-intelectuais, “o trabalho dos intelectuais raramente é reconhecido como uma forma de ativismo”, sendo frequentemente considerado menos relevante do que formas mais visíveis de ação política (hooks, 1995, p. 464).

Segundo a autora, essa desvalorização dificulta que sujeitos de grupos marginalizados reconheçam o trabalho intelectual como legítimo e necessário, embora, historicamente, intelectuais negros tenham emergido de diferentes classes e contextos sociais. Assim, o fazer intelectual, longe de ser uma escolha meramente vocacional, configura-se muitas vezes como um chamado político, impulsionado por forças históricas e coletivas que ultrapassam a vontade individual (hooks, 1995, p. 464–465).

Ao dialogar com o pensamento feminista negro, entendemos que essa desvalorização do trabalho intelectual de mulheres negras não pode ser analisada a partir de um único eixo, como se fosse apenas uma questão de gênero ou apenas racial. Como discute Machado (2019), trata-se de compreender que as relações de gênero, raça, classe e sexualidade operam de forma articulada, produzindo posições específicas de subordinação. Nesse sentido, as mulheres negras ocupam um lugar particular nesse entrecruzamento, sendo frequentemente invisibilizadas tanto nos espaços acadêmicos quanto nos próprios debates feministas e antirracistas, que nem sempre dão conta de suas experiências específicas.

Essa desvalorização do trabalho intelectual também pode ser observada em dados recentes sobre a inserção da população negra no ensino superior e no mercado de trabalho. Ainda que políticas como a Lei de Cotas tenham ampliado significativamente o acesso de estudantes negros à universidade, esse avanço não se traduz, na mesma medida, em reconhecimento e valorização de sua produção intelectual. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em boletim especial publicado em 2024, indicam que, mesmo entre trabalhadores com ensino superior completo, pessoas negras continuam recebendo, em média, 32% a menos do que pessoas não negras com o mesmo nível de formação (DIEESE, 2024).

Além disso, ao longo da vida laboral, pessoas negras acumulam perdas que chegam a cerca de R\$ 899 mil, podendo ultrapassar R\$ 1,1 milhão entre aqueles com ensino superior. Esse cenário se agrava quando observamos que a presença de negros em cargos de liderança ainda é extremamente reduzida. Apenas um em cada 48 homens negros ocupa esses espaços, enquanto entre não negros a proporção é de um para cada 18.

Da mesma forma, negros representam apenas 27% das ocupações mais bem remuneradas, mas chegam a 70% nas profissões com menores rendimentos (Gráfico 1). No caso das mulheres negras, essa desigualdade se expressa de forma ainda mais intensa, já que uma em cada seis trabalha como empregada doméstica, muitas vezes em condições precárias e com remuneração inferior ao salário-mínimo. Esses dados reforçam o que vimos discutindo: não se trata apenas de acesso ao conhecimento, mas da permanência de uma estrutura que define quais sujeitos são reconhecidos, valorizados e autorizados a ocupar determinados lugares, inclusive no campo intelectual.

Esse cenário evidencia que o acesso ao conhecimento não garante, por si só, o reconhecimento social e acadêmico desses sujeitos, reforçando a ideia de que a desvalorização do trabalho intelectual de pessoas negras não é apenas uma questão de formação, mas de estrutura.



Gráfico 1 — Proporção de negros e não negros nas 10 ocupações com os maiores rendimentos — Brasil, 2º trimestre de 2024.



Fonte: DIEESE (2024), com base na PNAD Contínua/IBGE.

Ao observar especificamente o campo da docência no ensino superior, que é central para esta pesquisa, os dados evidenciam que a presença de pessoas negras ainda é significativamente reduzida entre os profissionais que ocupam esses espaços de maior prestígio. No caso dos professores universitários, os negros representam apenas cerca de 27% dos ocupados, o que já indica uma desigualdade importante. No entanto, é fundamental considerar que, dentro desse grupo, as mulheres negras tendem a ocupar uma posição ainda mais marginal, constituindo uma subcategoria marcada pela intersecção entre racismo e sexismo. Assim, mesmo quando há inserção de sujeitos negros nesses espaços, isso não significa que as mulheres negras estejam igualmente representadas ou reconhecidas, o que reforça a necessidade de analisar não apenas a presença, mas as condições de visibilidade e legitimidade desses sujeitos no campo acadêmico.

Essa desigualdade também se evidencia em dados ainda mais recentes sobre o mercado de trabalho brasileiro. Segundo análise publicada pelo Nexo Jornal (2026), com base em dados da PNAD Contínua referentes ao 4º trimestre de 2025, observa-se que, embora tenha havido aumento geral dos rendimentos, esse crescimento ocorreu de forma desigual entre os grupos raciais. Enquanto os trabalhadores brancos apresentaram um aumento mais expressivo em seus rendimentos, o crescimento entre pretos e pardos foi menor, o que resultou na ampliação da distância entre esses grupos. Ou seja, mesmo em um cenário de melhora econômica, a desigualdade racial não apenas se mantém, como tende a se aprofundar.

5 Docência, corpo e ruptura contra-hegemônica

Uma das autoras deste artigo inscreve sua trajetória em um percurso coletivo compartilhado por muitas mulheres negras que encontraram na docência uma forma de subsistência e, frequentemente, uma das poucas possibilidades concretas de acesso à escolarização formal e à inserção no mundo do trabalho. Tal configuração está diretamente relacionada às desigualdades raciais que estruturam o sistema educacional brasileiro, as quais, conforme analisa Lélia Gonzalez (2020), operam desde os níveis iniciais de escolarização e se

aprofundam à medida que se avança para os níveis mais elevados de ensino, produzindo barreiras sistemáticas ao ingresso e à permanência da população negra na universidade.

A escolha pela docência, especialmente a partir da formação em nível médio, inscreve-se, portanto, em um contexto marcado pela racialização e pela generificação das ocupações educacionais. No entanto, o percurso formativo que a autora desenvolve atualmente, que inclui a formação doutoral e o engajamento na produção de pesquisa acadêmica, configura-se como um movimento de ruptura contra-hegemônica. Trata-se de um deslocamento simbólico e político que tensiona os lugares tradicionalmente atribuídos aos corpos negros femininos no campo educacional, ao afirmar a legitimidade da mulher negra como produtora de conhecimento científico.

Quando falamos em deslocamento e ruptura, referimo-nos também a um processo que incide diretamente sobre nossos próprios corpos. Cotidianamente, somos interpeladas por expectativas sociais que naturalizam determinadas funções como extensões de nosso sexo e de nossa condição racial, como as chamadas “obrigações domésticas”, intensificadas pela experiência da maternidade. Não por acaso, percebemos que, muitas vezes, nos é mais imediato organizar a casa ou preparar os alimentos do que abrir um livro ou dedicar-se à leitura teórica ou à escrita acadêmica. Essa disposição corporal e social não é fruto de uma escolha individual, mas resultado de um processo histórico que associou as mulheres negras ao espaço doméstico e às práticas do cuidado.

Nesse contexto, posicionar-nos como intelectuais, ou seja, projetar-nos na produção do conhecimento acadêmico, constitui uma ruptura com essas determinações sociais, uma vez que implica deslocar o corpo negro feminino de um lugar historicamente naturalizado para o cuidado e o serviço para um campo em que o pensamento, a escrita e a produção teórica também se afirmam como práticas legítimas de criação. Conforme argumenta Nilma Lino Gomes (2003, p. 174), o corpo negro constitui um “símbolo explorado nas relações de poder e de dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes”, o que evidencia o caráter político de sua presença nos espaços acadêmicos. Esse deslocamento, no entanto, não implica a negação dos saberes historicamente produzidos pelas mulheres negras fora dos espaços formais da escrita.

A produção de conhecimento das mulheres negras, historicamente interdita nos espaços formais da escrita, encontrou outros meios de expressão e transmissão, especialmente no cotidiano, no cuidado e nas práticas domésticas. Como destaca Conceição Evaristo, ao dialogar com Alice Walker, a criatividade das mulheres negras das gerações passadas manifestou-se nas atividades miúdas do dia a dia e foi transmitida de forma oral e geracional, constituindo um repertório de saberes e estratégias de sobrevivência que a história oficial não registra (Evaristo, 2020).

Nesse sentido, a reflexão proposta por Conceição Evaristo (2020), ao dialogar com Helena Teodoro (1996), contribui para compreender como a criatividade das mulheres negras foi historicamente reconhecida fora das formas artísticas e intelectuais legitimadas pela tradição ocidental. Ao localizar a capacidade criadora das mulheres negras nas práticas cotidianas do espaço doméstico e do cuidado, essa leitura evidencia que não se trata da ausência de criação ou pensamento, mas da destinação social de onde e como essa criatividade poderia existir e ser reconhecida. Segundo a autora, as mulheres negras das gerações passadas “detinham uma capacidade criadora que não aparecia revelada nas formas de arte do poema, da música e da dança, mas nas artes de dentro de casa, no espaço doméstico, no cuidado com as pessoas” (Evaristo, 2020, p. 221).

Como observa bell hooks (1995), o sexismo e o racismo, atuando de forma articulada, perpetuam uma iconografia da mulher negra que a associa prioritariamente ao serviço e ao

cuidado, imprimindo na consciência cultural coletiva a ideia de que seu lugar social está destinado a servir aos outros. A partir dessa perspectiva, a escolha pela docência e o movimento em direção ao ensino superior não se configuram apenas como trajetórias individuais, mas como práticas políticas que tensionam os lugares historicamente atribuídos aos corpos negros femininos na educação e na produção do conhecimento.

Esse reconhecimento, contudo, não se dá de forma súbita ou individualizada, como se a identificação com a intelectualidade fosse resultado exclusivo de uma decisão pessoal. Trata-se de um processo construído no entrecruzamento entre leitura, formação e experiência, no qual a presença reiterada de autoras negras no percurso acadêmico opera como dispositivo de autorização simbólica. Ao ler mulheres negras que escrevem a partir de si, que articulam experiência, teoria e posicionamento político, passamos a compreender que a produção do conhecimento não exige o apagamento de nossas trajetórias, mas, ao contrário, se fortalece quando esta é assumida como ponto de partida. É nesse movimento que a figura da pesquisadora e da doutoranda deixa de ser percebida como externa ou inacessível e passa a ser vivida como possibilidade concreta, ainda que atravessada por tensões, limites materiais e inseguranças produzidas por uma trajetória marcada pela desigualdade racial e de classe.

Reconhecer-se nesse campo implica, para uma das autoras deste artigo, portanto, viver cotidianamente os papéis historicamente ocupados pelas mulheres que a antecederam, ainda que em contextos distintos. Ao ocupar salas de aula, grupos de pesquisa, espaços de escrita e reflexão coletiva, reinscreve seu corpo negro feminino em lugares que, por muito tempo, pareceram interditados para ela. Esse processo não elimina as marcas do não pertencimento, mas as reinscreve como parte constitutiva da experiência intelectual negra, marcada pela coexistência entre ruptura e permanência. Assim, afirmar-se como doutoranda e pesquisadora não significa alcançar um ponto de chegada, mas sustentar um movimento contínuo de permanência, produção e disputa por legitimidade, no qual a academia deixa de ser apenas um espaço de exclusão para tornar-se, também, um território em disputa e de construção coletiva de sentido.

6 Considerações finais

Este artigo teve como objetivo refletir sobre os processos que produzem o não lugar historicamente atribuído às mulheres negras na produção do conhecimento científico, articulando essa análise à trajetória docente e formativa de uma das autoras. Ao recorrer à escrita (auto)biográfica, buscamos evidenciar que a exclusão das mulheres negras da legitimidade intelectual não se explica pela ausência de produção de saberes, mas por mecanismos históricos que desqualificam determinadas formas de conhecimento, sobretudo aquelas vinculadas à experiência, à oralidade e às práticas educativas.

Nesse sentido, a escrita da mulher negra não pode ser pensada a partir de parâmetros comparativos fundados em modelos eurocentrados de ciência, pois ela se constitui a partir de outras matrizes epistemológicas, forjadas no cotidiano da docência, nas vivências raciais e nas estratégias históricas de resistência e criação.

Mais do que reafirmar um não lugar, este texto afirma o movimento pelo qual a autora passou a reconhecer a docência e a formação acadêmica como espaços possíveis de pertencimento e produção intelectual. Foi no contato com produções de mulheres negras que escrevem a partir de si que a chave se deslocou, permitindo-lhe compreender que a produção

do conhecimento também pode emergir das experiências docentes, das memórias e das trajetórias marcadas por raça, gênero e classe.

Assim, passamos a compreender a formação doutoral não como garantia de chegada ao ensino superior, mas como processo político de inserção, permanência e reconhecimento. A escrita (auto)biográfica, portanto, não se apresenta como solução para o racismo estrutural na educação, mas como prática pedagógica e política que tensiona silenciamentos, legitima saberes experienciais e contribui para que outras mulheres negras, especialmente docentes, possam se reconhecer como produtoras de conhecimento no campo educacional.

Referências

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO; NIELSEN BOOKDATA. **Panorama do consumo de livros no Brasil: ano base 2025**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2026.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine (pp. 139–168). In: **University of Chicago Legal Forum**. 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste**. Boletim Especial – Dia da Consciência Negra. São Paulo: DIEESE, 2024.

DURKHEIM, Émile. O que é fato social. In: DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores), p. 1–5.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 52-57, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 29, p. 167–182, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras-educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>. Acesso em: 13 fev. 2026.

JOSSO, Marie Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 63, p. 413–438, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/2741>. Acesso em: 13 fev. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MACHADO, Bárbara Araújo. O pensamento feminista “amefricano” e a ideia de articulação entre gênero, classe, raça e sexualidade: ferramentas de análise para a história das sociedades americanas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, n. 27, p. 280-309, ago./dez. 2019. Disponível em: <http://revista.anphlac.org.br/index.php/revista/article/view/3908>. Acesso em: 03 maio 2026.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEXO JORNAL. **2025 foi um ano ruim para a desigualdade racial**. São Paulo, 19 mar. 2026. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2026/03/19/2025-foi-um-ano-ruim-para-a-desigualdade-racial>. Acesso em: 05 maio 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203–219, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002. Acesso em: 13 fev. 2026.

TEODORO, Helena. **O negro no feminino**: cultura e identidade afro-brasileira. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

Recebido em março de 2026.

Aprovado em junho de 2026.